



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2019

013. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – FILOSOFIA

(OPÇÃO: 015)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** De acordo com o que estabelece o artigo 5º da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, assinale a alternativa que indica um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (A) O furto famélico.
 - (B) A associação com finalidade ideológica.
 - (C) O absenteísmo escolar.
 - (D) A prática do racismo.
 - (E) O atentado contra o nacionalismo.
- 02.** Durante a pandemia de Covid-19, as escolas viram-se obrigadas a adotar o ensino remoto, devido à suspensão das atividades presenciais ao longo de períodos significativos. Tendo em vista o que estabelece a Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), especificamente no parágrafo 4º de seu artigo 32, é correto afirmar que tal adoção, no contexto do ensino fundamental,
- (A) encontra respaldo na referida lei, que prevê a utilização do ensino à distância como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
 - (B) encontra respaldo na referida lei, que prevê a utilização do ensino à distância na proporção de 50% da carga horária.
 - (C) encontra respaldo na referida lei, que prevê a utilização do ensino à distância (na modalidade síncrona) como alternativa equivalente ao ensino presencial.
 - (D) não encontra respaldo na referida lei, que veta a utilização do ensino à distância com caráter regular, permitindo-o apenas em atividades extracurriculares.
 - (E) não encontra respaldo na referida lei, que veta qualquer utilização do ensino à distância na educação básica.
- 03.** Conforme o artigo 53-A da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), as instituições de ensino têm o dever de
- (A) flexibilizar a carga horária letiva ao adolescente aprendiz ou jovem trabalhador, a fim de garantir o cumprimento da jornada laboral.
 - (B) efetuar matrícula compulsória a todas as crianças e adolescentes que estejam excluídos do processo educacional por negligência de seus familiares e/ou responsáveis.
 - (C) assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
 - (D) manter sigilo em caso de maus-tratos envolvendo seus alunos, a fim de preservar os direitos à dignidade, ao respeito e à convivência familiar.
 - (E) ofertar educação regular em contexto domiciliar quando for atestada evasão escolar superior ao percentual máximo permitido por lei.
- 04.** A Resolução CNE/CP nº 1/2012 estabelece diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH). No parágrafo 2º de seu artigo 2º, o documento determina que aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais
- (A) a flexibilização dessas diretrizes à realidade particular.
 - (B) a reformulação ativa dessas diretrizes.
 - (C) a criminalização caso infrinjam essas diretrizes.
 - (D) a opção voluntária pela adesão a essas diretrizes.
 - (E) a adoção sistemática dessas diretrizes.
- 05.** Leia o excerto a seguir, adaptado do Preâmbulo da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (Decreto nº 6.949/2009):
- “[...] a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas _____, que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme o documento.
- (A) às legislações pertinentes
 - (B) às atitudes e ao ambiente
 - (C) aos antecedentes familiares
 - (D) aos traços psíquicos individuais
 - (E) às limitações fisiológicas e mentais
- 06.** A Lei nº 13.445/2017 (*Lei de Migração*), em seu artigo 3º, estabelece princípios e diretrizes para a política migratória brasileira. A esse respeito, o inciso X do referido artigo prevê expressamente a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio
- (A) de políticas públicas.
 - (B) de nivelamento educacional.
 - (C) da atuação de associações de imigrantes.
 - (D) de programas assistenciais do país de origem.
 - (E) de parcerias público-privadas.

07. O artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 1/2004 apresenta a meta das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, nos seguintes termos: “promover a educação de cidadãos _____ no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna, conforme o texto do documento.

- (A) militantes e empáticos
- (B) tolerantes e benevolentes
- (C) cultos e reflexivos
- (D) atuantes e conscientes
- (E) criativos e inovadores

08. Dalila, professora de inglês da rede estadual de São Paulo, é uma pessoa transexual em fase de transição. No início do ano letivo, ela solicitou uma atualização do seu cadastro na secretaria da escola, indicando o prenome pelo qual agora se identifica. A comunidade escolar prontamente passou a se referir a Dalila pelo prenome indicado. No entanto, um professor e um aluno têm se recusado a adotar a escolha de tratamento nominal feita por Dalila, chamando-a pelo prenome masculino pelo qual a conheciam antes. Considerando o que estabelece o § 1º do artigo 2º do Decreto Estadual nº 55.588/2010 sobre o tratamento nominal de pessoas transexuais, é correto afirmar que

- (A) ambas as condutas, do professor e do aluno, ferem as determinações do documento, que obriga todos os cidadãos a tratarem a pessoa pelo prenome indicado.
- (B) apenas a conduta do aluno fere as determinações do documento, que preserva a autonomia e a livre expressão do cidadão em seu exercício profissional.
- (C) apenas a conduta do professor fere as determinações do documento, segundo o qual servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado.
- (D) ambas as condutas, do professor e do aluno, convergem com as determinações do documento, que exige adoção do prenome indicado apenas em atos escritos.
- (E) ambas as condutas, do professor e do aluno, convergem com as determinações do documento, que recomenda a adoção do prenome indicado apenas após a transição ser concluída.

09. De acordo com a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021), o oferecimento de oportunidades de aceleração de estudos, consubstanciado na adoção de estratégias educacionais que respeitem a diversidade de habilidades e ritmos de aprendizagem, é aplicável a um grupo particular entre os estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. Trata-se especificamente dos discentes com

- (A) deficiência visual / baixa visão.
- (B) transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).
- (C) deficiência física.
- (D) altas habilidades / superdotação.
- (E) transtorno global do desenvolvimento (TGD) / transtorno do espectro autista (TEA).

10. Em sua Meta 6, a Lei nº 16.279/2016 (*Plano Estadual de Educação de São Paulo*) estabelece o compromisso de assegurar educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% dos alunos na educação básica. Para tanto, nas estratégias da referida meta, considera-se que a permanência dos alunos em tempo integral na escola (ou sob sua responsabilidade) passe a ser igual ou superior a

- (A) 7 horas diárias durante, no mínimo, 75% dos dias letivos.
- (B) 7 horas diárias durante todo o ano letivo.
- (C) 6 horas diárias durante todo o ano letivo.
- (D) 8 horas diárias durante, no mínimo, 75% dos dias letivos.
- (E) 8 horas diárias durante todo o ano letivo.

11. Em suas diretrizes, o *Currículo Paulista* (2019) afirma que, no período do desenvolvimento cognitivo dos 6 aos 12 anos, “a criança passa a desenvolver conceitos mais elaborados em relação a ela mesma”. O documento observa que, nessa fase, os conflitos aparecem, sendo a escola de fundamental importância para que a criança passe a

- (A) conformar sua subjetividade aos limites estabelecidos, seja pela figura do professor, seja por meio de combinados e do regimento escolar.
- (B) harmonizar-se com o coletivo e com sua comunidade, de forma a construir uma experiência escolar livre de conflitos.
- (C) utilizar a razão em vez da emoção em suas interações com o outro, pautando-se pela sua crescente capacidade cognitiva.
- (D) melhorar suas habilidades de resolução de problemas a partir do desenvolvimento de estratégias de cálculo moral.
- (E) ampliar o controle emocional e as interações sociais, construindo sua identidade socialmente.

12. Estudando sobre gestão democrática, o professor João se deu conta de que a escola em que leciona não tem Conselho Escolar (CE). Interessado em contribuir para a intensificação do caráter democrático da escola, ele consultou o documento do MEC intitulado *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (Brasil, 2004). Acabou desistindo de atuar na criação do Conselho Escolar, entendendo que esse papel não cabe a um professor. Tendo em vista o que diz o referido documento, o entendimento de João está
- (A) correto, pois a iniciativa de criação do CE cabe especificamente aos gestores da unidade de ensino, nas figuras do coordenador pedagógico, do diretor e/ou do vice-diretor.
 - (B) correto, pois a iniciativa de criação do CE cabe à Secretaria Estadual de Educação, via ato oficial.
 - (C) correto, pois a iniciativa de criação do CE é ato obrigatório concomitante à criação da escola, de modo que a irregularidade dessa escola deve ser verificada pela Diretoria de Ensino.
 - (D) equivocado, pois a iniciativa de criação do CE cabe ao diretor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolar e local.
 - (E) equivocado, pois a iniciativa de criação do CE cabe especificamente aos professores, assegurando seu protagonismo e sua primazia na deliberação desse órgão.
13. Considerando o cenário de acelerada renovação das tecnologias baseadas em inteligência artificial, Azambuja e Silva (2024) discutem um processo que denominam *technotização*, em referência à necessidade de que os educadores estejam constantemente se atualizando do ponto de vista do domínio das novas tecnologias intelectuais e culturais. Nesse contexto, segundo os autores, o processo de alfabetização tecnológica se torna
- (A) uma variável constante.
 - (B) uma utopia irreal.
 - (C) uma prioridade situacional.
 - (D) uma eletividade profissional.
 - (E) uma etapa obsoleta.
14. A respeito da avaliação na educação, Soares (*In: Carvalho et al., 2007*) relata:
- “[...] diversos autores mostram como são de diferentes origens as dificuldades com o uso da categoria *resultados* para a análise da instituição escolar e como todos nós que trabalhamos em escolas não fomos preparados para analisar os resultados dos processos escolares. Acostumamo-nos a pensar como cada um desses processos deveria funcionar e quais recursos são necessários, mas não se seus resultados atendem aos alunos e à sociedade.”
- Em conformidade com a reflexão do autor sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Aferir resultados por meio de medidas é útil quando se trata de uma única sala de aula, mas não em um sistema que conta com milhões de alunos.
 - (B) A ideia de resultado está associada a uma visão meramente instrumental da instituição escolar.
 - (C) Todo estudante tem o direito de ser avaliado, sendo que a avaliação começa com a caracterização dos resultados escolares.
 - (D) Medir os resultados dos processos escolares é fundamental, embora seja sempre algo injusto e excludente.
 - (E) Analisar os processos escolares pelos seus resultados é inútil e desnecessário, se temos em vista a melhoria da escola.
15. Ao discutirem ocorrências de conflito e violência na escola, Ceccon *et al.* (2009) apresentam uma análise sobre diferentes circunstâncias em que as escolas podem se encontrar. A partir da perspectiva adotada, os autores consideram que uma escola está em equilíbrio quando
- (A) as finalidades institucionais são atendidas e asseguradas pelos mecanismos de poder legitimados, concentrando a comunicação de modo ascendente.
 - (B) as ocorrências conflituosas e violentas se limitam a episódios isolados e, portanto, sem impacto nas relações de ensino-aprendizagem.
 - (C) as ações para manter a paz e o diálogo tornam-se totalmente desnecessárias, pois as relações são autorreguladas de forma permanente.
 - (D) os conflitos entre membros permanentes inexistem, podendo haver desajustes ocasionais com a comunidade externa.
 - (E) as necessidades básicas dos membros são satisfatoriamente atendidas e os conflitos são manejados sem interrupção do diálogo.

16. Leia o excerto a seguir, adaptado de Costa e Vieira (2000):

A interação mais intensa e mais importante para os adolescentes é a relação _____. A tendência à _____ é parte constitutiva do modo de ser dos adolescentes. A ação educativa que se mostrar incapaz de reconhecer e de operar com esse dado da realidade não terá, certamente, chance de êxito significativo junto aos jovens.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do excerto.

- (A) com a família ... desobediência
- (B) com seus pares ... grupalidade
- (C) com as redes sociais ... virtualidade
- (D) consigo ... interioridade
- (E) com o saber ... reflexão

17. Um dos conceitos abordados por Lemov (2023) é o da memória de trabalho, dotada de um poder surpreendente. Segundo o autor, a característica mais dominante da memória de trabalho é

- (A) sua retenção a longo prazo.
- (B) sua minúscula capacidade.
- (C) seu caráter inconsciente.
- (D) sua constituição inata.
- (E) sua autossuficiência.

18. Ao abordar expectativas de comportamento, Lemov (2023) discute a organização da sala de aula. Embora avalie que alguns educadores se oponham à sua perspectiva, o autor defende que

- (A) a imposição criteriosa do silêncio equivale a suprimir as vozes dos alunos.
- (B) a autoridade bem aplicada de um professor deve pautar-se por medidas disciplinares claras.
- (C) salas de aula ordenadas facilitam a cognição, mas prejudicam muito a dimensão socioemocional.
- (D) uma sala de aula deve ser organizada para que haja aprendizado.
- (E) a desordem faz parte da educação, pois aprender é um ato confuso, caótico e barulhento.

19. De acordo com a perspectiva de Mantoan (2015), o ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução

- (A) incompatível com os princípios inclusivos, pois o professor deve orientar-se por expectativas gerais de desenvolvimento esperadas em cada faixa etária, ignorando limites individuais.
- (B) compatível com os princípios inclusivos diante de problemas de aprendizagem laudados, assegurando credibilidade à flexibilidade curricular necessária à inclusão.
- (C) compatível com os princípios inclusivos nos casos específicos de ordem cognitiva, mas inoperante diante de deficiências físicas.
- (D) compatível com os princípios inclusivos, pois em todos os casos de inclusão deve-se implementar práticas de ensino específicas para cada deficiência.
- (E) incompatível com os princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência.

20. No prefácio de seu livro, Williams (2005) apresenta uma lista de proposições acerca do *feedback*, classificando-as como verdadeiras ou falsas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das proposições avaliadas pelo autor como verdadeira.

- (A) Ao dar um *feedback* positivo, descreva com clareza o comportamento e/ou os resultados gerados pelo tipo de comportamento que você gostaria de ver repetido.
- (B) Só é realmente necessário dar *feedback* quando algo dá errado, pois o *feedback* não é uma experiência particularmente agradável.
- (C) O *feedback* corretivo funciona melhor quando aplicado a atitudes genéricas e não a comportamentos específicos.
- (D) Se os seus *feedbacks* a uma pessoa se concentram no que ela faz bem, ela certamente se tornará menos consciente de sua própria performance.
- (E) Ao dar um *feedback* corretivo a fim de modificar o comportamento de alguém, nunca deixe que a pessoa assuma total responsabilidade pelo que fez.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Na obra *Filosofando*: introdução à filosofia, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins trazem o seguinte trecho de uma peça de Bertolt Brecht para apresentar as características da noção de ideologia: “Nós vos pedimos com insistência: (...) Sob o familiar, descubram o insólito. Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável. Que tudo que seja dito ser habitual, cause inquietação. Na regra é preciso descobrir o abuso”.

Segundo as autoras, a noção de ideologia apresentada no excerto corresponde à

- (A) abstração.
- (B) naturalização.
- (C) neutralidade.
- (D) inversão.
- (E) lacuna.

22. Em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles diz: “Em tudo que é contínuo e divisível pode-se tomar mais, menos ou uma quantidade igual, e isso quer em termos da própria coisa, quer relativamente a nós; e o igual é um meio-termo entre o excesso e a falta. (...) por meio-termo relativamente a nós, [entendo] o que não é nem demasiado nem demasiadamente pouco — e este não é um só e o mesmo para todos”.

No excerto, o conceito aristotélico abordado corresponde

- (A) a um princípio universal e homogêneo aplicável a todos os indivíduos de maneira uniforme.
- (B) à tensão existente entre as escolhas individuais e as exigências impostas pelas leis da pólis.
- (C) à defesa de um relativismo cultural que considera os valores éticos como relativos a cada sociedade.
- (D) à adequação racional das ações às condições específicas vividas por cada agente moral.
- (E) à submissão incondicional dos indivíduos aos próprios desejos e inclinações pessoais.

23. Marilena Chauí, em seu livro *Boas-vindas à filosofia*, explica sobre a invenção da palavra “filosofia” a partir da história de Pitágoras nos Jogos Olímpicos. Pitágoras observou três tipos de pessoas: “as que iam para comerciar durante os jogos (...); as que iam para competir (...); e as que iam para assistir aos jogos e torneios”.

No contexto da explicação de Chauí, o filósofo é identificado por Pitágoras como aquele que

- (A) participa das competições e disputas.
- (B) apresenta peças de teatro e danças.
- (C) tece avaliações sobre os acontecimentos.
- (D) impõe sua verdade sobre o mundo.
- (E) aproveita os jogos para realizar comércio.

24. Alberto Cupani, no artigo “A tecnologia como problema filosófico: três enfoques”, discute em que consiste a área de investigação denominada Filosofia da Tecnologia e suas possíveis interpretações teóricas, variando de autor para autor. Porém, mesmo as diferentes abordagens apresentam um ponto em comum: “a disciplina encontra a sua unidade na preocupação por um aspecto ou dimensão da vida humana impossível de ignorar e particularmente marcado na sociedade contemporânea: a atividade eficiente, racionalmente regrada, no que diz respeito às suas motivações, desenvolvimento, alcance e consequências”.

No âmbito do ponto em comum mencionado, Cupani entende o *homo faber* como aquele que

- (A) manifesta a capacidade humana de modificar a natureza segundo suas necessidades.
- (B) expressa a concepção do ser humano como dominado por impulsos naturais.
- (C) representa a ideia de que o ser humano é essencialmente um animal político.
- (D) se refere à condição humana enquanto criador de narrativas e produtor de sentido cultural.
- (E) define a tendência humana de atribuir significados simbólicos às práticas técnicas e aos objetos.

25. No prefácio da segunda edição da obra *Crítica da Razão Pura*, Kant apresenta uma de suas contribuições fundamentais para o desenvolvimento da estética transcendental, como se segue: “Deste modo, a razão especulativa concede-nos, ainda assim, campo livre para essa extensão, embora o tivesse que deixar vazio, competindo-nos a nós preenchê-lo, se pudermos, com os dados práticos, ao que por ela mesmo somos convidados”.

O excerto corresponde

- (A) ao fenômeno do sublime.
- (B) ao imperativo categórico.
- (C) ao ideal de liberdade.
- (D) às categorias do entendimento.
- (E) à síntese empírica das formas sensíveis.

26. No livro *Argumentação: a ferramenta do filosofar*, Juvenal Savian Filho apresenta cinco tipos de raciocínio que são amplamente aceitos pelos estudiosos como os mais comuns: o indutivo, o dedutivo, o abduutivo, a analogia e o argumento de autoridade. Eles representariam a forma pela qual os indivíduos pensam a partir de argumentos racionais. Savian Filho propõe o seguinte exemplo de raciocínio: “‘Suspeitando’ que a substância x poderia combinar com a substância y, o químico decidiu testar a combinação. Verificando que deu certo, testou mais um grupo de substâncias parecidas com y. Concluiu que x combinava com y”.

O exemplo apresentado no excerto envolve dois dos tipos de raciocínio mencionados por Savian, quais sejam:

- (A) parte-se de uma analogia e verifica-se a ocorrência de uma hipótese por abdução.
- (B) inicia-se com o raciocínio indutivo e conclui-se com uma dedução.
- (C) inicia-se com um raciocínio dedutivo e conclui-se uma analogia por combinação.
- (D) parte-se de um argumento de autoridade do químico, gerando um raciocínio indutivo.
- (E) inicia-se com um raciocínio abduutivo, que se segue em um caso de indução.

27. “As indagações filosóficas se realizam de modo sistemático”, diz Marilena Chauí em seu livro *Boas-vindas à filosofia*.

No entendimento de Chauí, as indagações são sistemáticas, pois

- (A) expressam uma postura científica.
- (B) estruturam as justificações racionais do pensamento.
- (C) organizam os saberes tradicionais.
- (D) reúnem um conjunto de ideias casuais.
- (E) envolvem a realização de pesquisa local.

28. No texto “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù”, a autora Maria Tereza Sadek explica um aspecto da filosofia de Maquiavel ao afirmar que “A história é cíclica, repete-se indefinidamente, já que não há meios absolutos para ‘domesticar’ a natureza humana. (...) O poder político tem, pois, uma origem mundana. Nasce da própria ‘malignidade’ que é intrínseca à natureza humana e aparece como a única possibilidade de enfrentar o conflito, ainda que qualquer forma de ‘domesticação’ seja precária e transitória”.

A partir do excerto, em Maquiavel, é apresentada uma mudança histórica na concepção política,

- (A) superando visões teológicas ou naturalistas que atribuem ao poder político origem divina ou harmonia natural ao poder.
- (B) alinhando-se à ideia platônica de que o poder político deve ser exercido pelos mais sábios, segundo princípios racionais e transcendentais.
- (C) aproximando-se da concepção agostiniana de que o poder político é uma punição divina, necessária devido ao pecado original.
- (D) retomando a ideia tomista de que o poder político é reflexo da ordem divina e natural, guiado pela lei eterna.
- (E) reafirmando a noção aristotélica de que o poder político está subordinado à busca pelo bem comum e à virtude moral.

29. Madalena da Silva, Joel Cezar Bonin e Ramón Garrote apresentam o debate acerca do ensino de filosofia no Ensino Médio no artigo “Elementos da cultura digital para o ensino de filosofia no Ensino Médio: o que dizem as pesquisas?”. No texto, eles destacam: “As pesquisas apontam que o ensino da filosofia, especialmente no Ensino Médio, tem sido desafiador para a maioria dos professores que lecionam a disciplina (...). Os professores percebem as dificuldades atuais em garantir audiência, atenção e participação de adolescentes nas atividades”.

No texto, os autores consideram que a dificuldade mencionada decorre

- (A) do excesso de exemplos práticos, que não deixa espaço para discussões teóricas mais profundas em sala de aula.
- (B) do descompasso entre o formato tradicional da escola e o mundo tecnológico com o qual os jovens estão familiarizados.
- (C) da desvalorização da filosofia pelos próprios familiares, que consideram a disciplina irrelevante no contexto escolar.
- (D) da falta de interesse dos professores em adaptar suas metodologias às demandas dos estudantes, optando por métodos conservadores.
- (E) da proibição do uso de tecnologias digitais no ensino de filosofia, o que impede qualquer tentativa de interação entre professores e alunos.

30. Peter Singer, ao pensar sobre temas éticos contemporâneos em seu livro *Ética prática*, considera que: "(...) proibir quaisquer comparações interespecies seria filosoficamente indefensável. Tornaria também impossível ultrapassar os males que estamos agora a infligir aos animais não humanos e reforçaria atitudes que causaram imensos danos irreparáveis ao ambiente deste planeta, que partilhamos com os membros de outras espécies".

A expressão "filosoficamente indefensável" é utilizada por Singer para indicar que a proibição de comparações interespecies

- (A) indica um argumento de autoridade considerado imutável.
- (B) supera a preservação de valores tradicionais e religiosos.
- (C) culmina na desvalorização dos problemas morais humanos.
- (D) contradiz os fundamentos da ética racional e imparcial.
- (E) confronta grupos arbitrários formadores de hábitos coletivos.

31. Ao pensarem a relação entre natureza e cultura, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, em sua obra *Filosofando*: introdução à filosofia, destacam a consideração do filósofo Pierre Levy de que as tecnologias intelectuais favorecem: "novos estilos de raciocínio e conhecimento, tais como a simulação, verdadeira industrialização da experiência do pensamento, que não advém nem da dedução lógica nem da indução a partir da experiência".

A partir do excerto, a consideração filosófica acerca das tecnologias intelectuais retrata

- (A) o descompasso entre parâmetros morais e normativos.
- (B) a democratização do acesso à informação.
- (C) a discussão sobre hábitos de saber coletivo.
- (D) a obsolescência técnica dos aparelhos eletrônicos.
- (E) o ápice do pensamento crítico.

32. Na obra *Filosofando*: introdução à filosofia, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins introduzem noções de lógica, entre elas, a noção de falácia. Eis um exemplo: "a falácia da generalização apressada (...) consiste em chegar em conclusões tomando por base apenas um ou pouco dos fatos: concluir que nenhum médico é confiável devido a uma cirurgia malsucedida".

A noção analisada no excerto apresenta

- (A) consequência lógica.
- (B) premissas suficientes.
- (C) conclusões inevitáveis.
- (D) argumento incontestável.
- (E) pretensão verdadeira.

33. Renato Janine Ribeiro, em seu texto "*Hobbes: o medo e a esperança*", escreve: "Na tradição contratualista, às vezes se distingue o contrato de associação (pelo qual se forma a sociedade) do contrato de submissão (que institui um poder político, um governo, e é firmado entre 'a sociedade' e 'o príncipe'). A novidade de Hobbes está em fundir os dois num só. Não existe primeiro a sociedade, e depois o poder ('o Estado')".

A novidade hobbesiana, mencionada no excerto, sustenta sua legitimidade no pressuposto segundo o qual o

- (A) soberano deve governar de acordo com a vontade geral e o bem comum.
- (B) soberano é temporário e pode ser destituído caso descumpra o pacto social.
- (C) poder absoluto do Estado é necessário para garantir a ordem.
- (D) poder político deriva de um pacto entre indivíduos limitado por leis naturais.
- (E) contrato é uma relação de representação que se limita à proteção da propriedade.

34. Um dos enfoques discutidos por Alberto Cupani em seu artigo "A tecnologia como problema filosófico: três enfoques" é a abordagem fenomenológica de Albert Borgmann. Essa perspectiva pode ser ilustrada quando Cupani diz: "À diferença do trabalho (*work*) tradicional, que estava inserido numa rede social e cultural e que dava sentido à vida do homem trabalhador orientando-o na natureza, na cultura e na sociedade, o labor tecnológico se reduz à produção e manutenção das maquinarias que fornecem os artifícios". E mesmo no que diz respeito ao lazer afirma: "à diferença do prazer que eleva, refina ou enobrece a vida humana, se reduz ao consumo indefinido de produtos tecnológicos, ficando cada vez mais dissociado de qualquer preocupação com a excelência da vida pessoal".

A abordagem da tecnologia de Borgmann, explicada por Cupani, tem sua consequência fenomenológica

- (A) no processo de alienação da experiência.
- (B) na popularização de dispositivos tecnológicos.
- (C) no desencantamento do mundo espiritual.
- (D) no advento da objetificação das relações humanas.
- (E) na criação de novas vagas de trabalho.

35. Marilena Chauí, em *Boas-vindas à filosofia*, apresenta a noção de atividade filosófica como constituída de três tipos de atividades: análise, reflexão e crítica. Para a filósofa, “Essas três atividades (...) estão orientadas pela elaboração de ideias sistemáticas e demonstradas sobre a realidade e os seres humanos”.

Na caracterização de atividade filosófica, Chauí define “crítica” como

- (A) adoção de um conjunto de princípios imutáveis.
- (B) embasamento em autores clássicos da filosofia.
- (C) identificação de problemas tradicionais.
- (D) discernimento sobre as causas do conhecimento.
- (E) questionamento aleatório acerca da realidade.

36. Na obra *Filosofando: introdução à filosofia*, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins abordam a filosofia de Michel Foucault, afirmando que “A extensão progressiva de dispositivos disciplinares ao longo daqueles séculos e sua multiplicação no corpo social configuram o que se chama ‘sociedade disciplinar’”. Para as autoras, “(...) de acordo com uma ‘microfísica do poder’, Foucault identifica que o poder não se exerce de um ponto central como qualquer instância do Estado, mas se encontra disseminado em uma rede de instituições disciplinares”.

Os dois conceitos apresentados em Foucault investigam

- (A) a estrutura do inconsciente coletivo que dociliza as relações sociais.
- (B) o controle e a normatização dos corpos e comportamentos.
- (C) o papel da disciplina na produção de consenso por meio de hegemonia cultural.
- (D) a definição de poder como algo que opera apenas pela violência.
- (E) a crítica à exploração econômica em regimes de produção.

37. No artigo “A tecnologia como problema filosófico: três enfoques”, Alberto Cupani analisa a proposta de Andrew Feenberg. Conforme explica o autor, “Trata-se de um enfoque que prolonga as análises da Escola de Frankfurt (em particular, Marcuse), aspirando a ‘reconstruir a ideia de socialismo com base numa radical filosofia da tecnologia’”.

No texto, Cupani destaca que o elemento criticado por Feenberg em sua crítica à tecnologia é a

- (A) submissão econômica dos indivíduos.
- (B) automatização do mercado de trabalho.
- (C) crise ambiental da produção tecnológica.
- (D) incapacidade de promover transformação social.
- (E) pseudoneutralidade dos dispositivos.

38. José Augusto Guilhon Albuquerque, no texto “Montesquieu: sociedade e poder”, escreve: “Com o conceito de lei, Montesquieu traz a política para fora do campo da teologia e da crônica, e a insere num campo propriamente teórico. (...) As instituições políticas são regidas por leis que derivam das relações políticas. As leis que regem as instituições políticas, para Montesquieu, são relações entre as diversas classes em que se divide a população, as formas de organização econômica, as formas de distribuição do poder etc. Mas o objeto de Montesquieu não são as leis que regem as relações entre os homens em geral, mas as leis positivas”.

O segundo tipo de lei mencionada, segundo Montesquieu, tem como característica ser

- (A) baseada em princípios gerais que podem ser adaptados a qualquer sociedade.
- (B) definida por sua estabilidade e aplicabilidade permanente às sociedades.
- (C) determinada pelas condições específicas de cada sociedade.
- (D) fundamentada em valores religiosos comuns às tradições de um povo.
- (E) resultado exclusivo da aplicação de princípios racionais universais.

39. Madalena da Silva, Joel Cezar Bonin e Ramón Garrote, no artigo “Elementos da cultura digital para o ensino de filosofia no Ensino Médio: o que dizem as pesquisas?”, apresentam a seguinte caracterização: “A cultura digital refere-se às práticas, hábitos e valores que emergem da interação humana com as tecnologias digitais, como a internet, as redes sociais, os aplicativos móveis, entre outros. No currículo da educação básica, é necessário trabalhar elementos da cultura digital para que os estudantes possam exercer a cidadania digital de forma crítica e reflexiva”.

No excerto, os autores entendem o exercício da cidadania digital como a

- (A) utilização tácita de tecnologias apenas para realizar tarefas práticas e burocráticas da vida em sociedade.
- (B) habilidade de se manter atualizado sobre o desenvolvimento tecnológico e as ferramentas de entretenimento digital.
- (C) adoção irrestrita das tecnologias digitais para garantir acesso a todas as informações disponíveis *on-line*.
- (D) capacidade de interagir com tecnologias e plataformas digitais de forma consciente, respeitando normas sociais e legais.
- (E) construção e aprimoramento da carreira profissional, com inserção no mercado de trabalho virtual.

40. Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles ressalta que "(...) nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza (...). Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo hábito".

À luz da teoria ética mencionada, a virtude é obtida por meio

- (A) do uso da razão prática para discernir e agir com equilíbrio.
- (B) da busca pelo maior bem para o maior número de pessoas.
- (C) da submissão inquestionável às leis divinas estabelecidas.
- (D) do cumprimento de deveres universais que devem ser seguidos.
- (E) do cuidado com as relações e da empatia com pessoas próximas.

41. Em seu livro *Filosofando: introdução à filosofia*, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins discutem problemas da Estética. Quanto ao belo, elas dizem: "Kant (...) afirma que o belo é 'aquilo que agrada universalmente, ainda que não se possa justificá-lo intelectualmente'. Para ele, o objeto belo é uma ocasião de prazer, cuja causa reside no sujeito. O princípio do *juízo estético* (...) é o sentimento do sujeito, e não o conceito do objeto. Entretanto, esse sentimento é despertado pela presença do objeto. Embora seja um sentimento, portanto, subjetivo, individual, há a possibilidade de universalização desse juízo".

A possibilidade a que o excerto se refere decorre da filosofia kantiana segundo a qual

- (A) a experiência estética é uma contemplação desinteressada que não envolve juízo reflexionante.
- (B) o sublime provoca uma experiência de grandeza que reduz os limites da sensibilidade humana.
- (C) o conhecimento humano depende de categorias puras do entendimento para organizar a experiência sensível.
- (D) o imperativo categórico fundamenta as leis morais em princípios racionais e universais.
- (E) as condições subjetivas da faculdade de julgar são compartilhadas por todos os seres humanos.

42. Peter Singer, em seu livro *Ética prática*, discute as bases de uma ética animal a partir da seguinte afirmação: "se um ser sofre, não pode haver justificação moral para a recusa de tomar esse sofrimento em consideração".

O princípio que representa a afirmação do autor é o

- (A) que avalia a capacidade de o ser reconhecer os interesses alheios.
- (B) que considera as diferenças de capacidades entre os seres.
- (C) de que todos os seres afetados sejam considerados de forma igualitária.
- (D) de que todos os seres humanos têm dignidade moral superior.
- (E) que visa à maximização do prazer e à erradicação do sofrimento.

43. Em *Filosofando: introdução à filosofia*, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins afirmam que "Na Grécia Antiga não havia a ideia de artista no sentido que hoje empregamos, uma vez que a arte estava integrada à vida. As obras de arte dessa época eram utensílios (vasos, ânforas, copos), edificações (templos) ou instrumentos educacionais. O artífice que os produzia era considerado um trabalhador manual, do mesmo nível do agricultor ou do ferramenteiro. Ele era um artesão, tinha domínio da *tekhné*, numa sociedade que considerava o trabalho manual indigno". Aranha e Martins destacam uma voz que ecoava o coro dessa sociedade: "Platão (...) recusa-se a dar valor autônomo ao que chamamos de arte".

O conceito a partir do qual Platão fundamenta sua crítica ao retratado no excerto é o de

- (A) justiça.
- (B) parusia.
- (C) dialética.
- (D) mimese.
- (E) rei-filósofo.

44. Na obra *Filosofando: introdução à filosofia*, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins argumentam que "o conhecimento científico precisa ser neutro, além de imparcial e autônomo, a fim de garantir racionalidade e objetividade nas observações e pesquisas. No entanto, sob outros aspectos, a neutralidade científica pode tornar-se uma ilusão".

A ilusão mencionada no excerto corresponde à

- (A) rigorosidade do processo de descoberta científica.
- (B) finalidade que orienta o desenvolvimento científico.
- (C) aceitação tácita dos resultados obtidos.
- (D) fragilidade da pesquisa científica.
- (E) variedade de teorias sobre um problema comum.

45. Um dos filósofos estudados no livro *Filosofando*: introdução à filosofia, de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, é Francis Bacon. Dizem elas: “É conhecido como severo crítico da filosofia medieval, por considerá-la desinteressada e contemplativa, uma vez que, de acordo com o espírito da nova ciência moderna, Bacon aspirava a um saber instrumental que possibilitasse o controle da natureza. (...) Bacon inicia seu trabalho pela denúncia dos preconceitos e das noções falsas que dificultam a apreensão da realidade, aos quais chama de *ídolos*”.

A crítica do filósofo aos ídolos corresponde à crítica

- (A) à falta de uma moral prática que garanta a emancipação humana.
- (B) às ideias preconcebidas que distorcem a mente humana.
- (C) à confiança nos métodos matemáticos para apreensão da realidade.
- (D) ao uso da razão como fundamento do conhecimento.
- (E) à incapacidade de superar a dúvida cética radical.

46. A análise que Andrew Feenberg desenvolve sobre a tecnologia é uma das abordagens discutidas no artigo “A tecnologia como problema filosófico: três enfoques”, de Alberto Cupani. Apesar da crítica à reificação social que a tecnologia tem promovido, Cupani destaca uma postura de esperança de Feenberg: “Essa esperança do autor fundamenta-se no fato de que a hegemonia do ‘código técnico’ do capitalismo não pode impedir que haja iniciativas contrárias”.

A esperança de Feenberg está pautada no que ele denomina “margens de manobra”, que consiste na

- (A) evolução linear da tecnologia em resposta às demandas sociais.
- (B) adaptação natural das tecnologias ao contexto ético e político ideal.
- (C) luta pelo fim da imposição tecnológica na vida cotidiana dos indivíduos.
- (D) possibilidade de ações contestatórias dentro do sistema tecnológico.
- (E) ascensão da autonomia operacional para resolver problemas sociais.

47. Na *Crítica da razão pura*, Kant explica a criticidade presente em sua filosofia: “Em todos os seus empreendimentos deve a razão submeter-se à crítica e não pode fazer qualquer ataque à liberdade desta, sem se prejudicar a si mesma e atrair sobre si uma suspeita desfavorável. Nada há de tão importante, com respeito à utilidade, nem nada de tão sagrado que possa furtar-se a esta investigação aprofundada que não faz exceção para ninguém”.

A criticidade da filosofia kantiana se fundamenta no método que

- (A) propõe uma investigação metafísica direta sobre os númenos como condição para entender os fenômenos.
- (B) argumenta que a razão deve evitar o exame de seus próprios limites para preservar seu uso especulativo pleno.
- (C) sustenta que as categorias do entendimento são construídas a partir da síntese de percepções particulares acumuladas.
- (D) defende que o conhecimento humano depende exclusivamente da experiência sensível para alcançar validade objetiva.
- (E) analisa as estruturas do sujeito para investigar as condições que tornam possível o conhecimento universal e necessário.

48. Ao abordarem a filosofia desenvolvida nos séculos XIX e XX, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, no livro *Filosofando*: introdução à filosofia, explicam um dos acontecimentos importantes desse período: “Chama-se ‘virada linguística’ (...) a revolução que representou o novo paradigma filosófico da epistemologia. A filosofia analítica privilegia a análise conceitual, utilizando os novos recursos da linguística à sua disposição e os da lógica simbólica, que permitem o estudo lógico das sentenças. (...) Abandona as noções do ‘sujeito que conhece’ para se limitar à investigação da linguagem”.

O primeiro Wittgenstein contribui com essa virada ao defender que

- (A) a estrutura lógica da linguagem representa a estrutura do mundo.
- (B) o significado de uma palavra depende de seu uso nas práticas sociais.
- (C) o estudo da linguagem deve focar em atos de fala.
- (D) a linguagem ordinária deve ser substituída por uma gramática profunda.
- (E) a linguagem é um sistema de signos arbitrários que expressam as intenções subjetivas do falante.

49. “A felicidade é, portanto, algo absoluto e autossuficiente, sendo também a finalidade da ação”, diz Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*. Com tal afirmação, o filósofo grego apresenta em sua ética uma característica presente em todo o seu pensamento filosófico.

A característica do pensamento filosófico aristotélico ilustrada no texto é

- (A) a vertente materialista.
- (B) o determinismo causal.
- (C) a postura teleológica.
- (D) a supremacia da contemplação.
- (E) a separação entre ética e política.

50. Juvenal Savian Filho caracteriza o raciocínio indutivo a partir do seguinte exemplo, em seu livro *Argumentação: a ferramenta do filosofar*: “O remédio x fez Pedro melhorar do estômago. O mesmo remédio fez Ana melhorar do estômago. O mesmo remédio fez Carlos melhorar do estômago. O mesmo remédio fez duas mil pessoas melhorar do estômago. Então, conclui-se que o remédio x faz bem para o estômago”.

David Hume, na obra *Investigações sobre o Entendimento Humano*, discute uma limitação fundamental desse tipo de raciocínio, que se refere à

- (A) abordagem apriorística das leis da natureza como fundamento da indução.
- (B) ausência de relações necessárias entre os eventos observados.
- (C) dependência do raciocínio dedutivo para a confirmação empírica.
- (D) impossibilidade de justificação lógica das conclusões obtidas.
- (E) necessidade de observações infinitas para validar as conclusões.

51. Alberto Cupani discute a concepção de Filosofia da Tecnologia de Mario Bunge no artigo “A tecnologia como problema filosófico: três enfoques”. Cupani destaca a influência iluminista no entendimento de Bunge de modo que, para este autor: “(...) a tecnologia pode ser vista como a concretização da ação plenamente racional. E quanto mais racionais forem o pensamento e a ação humanos, melhor poderá ser, em princípio, a sua vida – sustenta Bunge (...). Essa convicção explica que ele possa classificar como tecnologias atividades tais como a medicina, a administração ou a pedagogia, (...) o otimismo bungeano chega a supor possível uma ‘engenharia social’”.

A expressão “engenharia social”, resultante da visão otimista de Bunge, apresentada por Cupani, diz respeito ao entendimento segundo o qual

- (A) os modelos tecnológicos são projetados para manter o *status quo* das estruturas sociais existentes.
- (B) os problemas práticos humanos podem ser formulados e solucionados tecnologicamente.
- (C) a tecnologia é um meio para resolver problemas éticos universais.
- (D) as inovações tecnológicas inevitavelmente geram progresso social.
- (E) o estudo da tecnologia deve priorizar a crítica de seus impactos na modernidade.

52. No artigo “*Elementos da cultura digital para o ensino de filosofia no Ensino Médio: o que dizem as pesquisas?*”, Madalena da Silva, Joel Cezar Bonin e Ramón Garrote concluem sobre o “novo” ambiente escolar: “Observou-se, com base nas pesquisas, que os recursos digitais são potencializados para engajar os estudantes do Ensino Médio e promover reflexão crítica na disciplina de Filosofia”.

Segundo os autores, a função do docente no “novo” ambiente escolar é

- (A) tecnicista, ensinando aos estudantes o mero funcionamento das tecnologias digitais.
- (B) passiva, deixando os estudantes explorarem livremente as tecnologias.
- (C) burocrática, apenas gerenciando a realização de atividades em ambientes virtuais.
- (D) articuladora, guiando os estudantes com questões e rigor conceitual.
- (E) irrelevante, pois os estudantes têm o conteúdo à disposição *on-line*.

53. Em seu interesse por definir em que consiste a reflexão filosófica, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, em sua obra *Filosofando: introdução à filosofia*, examinam a proposta do filósofo Demerval Saviani, que conceitua filosofia com uma “reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas apresentados pela realidade”.

Ao compartilhar com Saviani o atributo “radical”, Aranha e Martins concebem a reflexão filosófica como algo

- (A) fundamentado em saber rígido e inflexível.
- (B) orientado por questões isoladas.
- (C) construído a partir de convenção social.
- (D) compartilhado com as demais áreas do saber.
- (E) voltado para a base do conhecimento.

54. No livro *Ética prática*, Peter Singer aborda os desafios éticos contemporâneos que surgem da relação do ser humano com o meio ambiente. Ele destaca que: “(...) uma ética antropocêntrica pode constituir a base de argumentos fortes em favor daquilo a que podemos chamar ‘valores ambientais’. Uma tal ética não implica que o crescimento econômico seja mais importante que a preservação do meio natural; pelo contrário, é perfeitamente compatível com uma ética antropocêntrica encarar o crescimento econômico baseado na exploração de recursos insubstituíveis como algo que traz ganhos à geração presente e possivelmente a mais uma ou duas gerações seguintes, mas a um preço que será pago por todas as gerações do futuro”.

No trecho, o autor destaca a insuficiência a longo prazo do modelo ético mencionado. Esse modelo tem suas raízes herdadas

- (A) da fundamentação da metafísica dos costumes kantiana.
- (B) do princípio de educação moral e virtuosa aristotélico.
- (C) do modelo mecanicista cartesiano de compreensão da natureza.
- (D) da distinção entre ecologia superficial e profunda.
- (E) do princípio da responsabilidade de Hans Jonas.

55. “No processo de legitimação do pacto social, o fundamental é a condição de igualdade das partes contratantes. As cláusulas do contrato, quando bem compreendidas, reduzem-se a uma só”, explica Milton Meira do Nascimento no texto “Rousseau: da servidão à liberdade”. E completa com um trecho do próprio Rousseau: “a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque, em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos e, sendo a condição igual para todos, ninguém se interessa por tornar onerosa para os demais”.

De acordo com Rousseau, a falta da “alienação total” implica

- (A) a impossibilidade de criar uma vontade geral legítima.
- (B) a transformação da vontade geral em um instrumento de autoritarismo político.
- (C) o fortalecimento de interesses privados acima dos coletivos.
- (D) o reforço de desigualdades naturais como base da organização social.
- (E) a fragmentação da soberania e perda da unidade política para o bem comum.

56. Na *Crítica da razão pura*, Kant apresenta sua crítica ao empirismo de Hume. Diz o filósofo: “Hume concluiu pois, falsamente, da contingência da nossa ação de determinar *segundo a lei*, a contingência da *própria lei* e confundiu a passagem do conceito de uma coisa à experiência possível (...) com a síntese dos objetos da experiência real que, na verdade, é sempre empírica”.

A crítica kantiana mencionada está pautada em sua concepção de causalidade como

- (A) aplicável ao conhecimento do númeno.
- (B) categoria *a priori* do entendimento.
- (C) resultado do juízo sintético.
- (D) constituído a partir da experiência.
- (E) princípio subjetivo da associação de ideias.

57. Aristóteles aborda uma das relações entre ética e política, no livro *Ética a Nicômaco*, da seguinte forma: “A resposta à pergunta que estamos fazendo é também evidente pela definição da felicidade, por quando dissemos que ela é uma atividade virtuosa da alma, de certa espécie. (...) o objetivo da vida política é o melhor dos fins, e essa ciência dedica o melhor de seus esforços a fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações”.

No excerto, o Estado, detentor da vida política, possui o papel de

- (A) criar leis que restrinjam o que deve ser feito.
- (B) garantir a participação de soldados na guerra.
- (C) promover uma educação pragmática voltada ao trabalho.
- (D) assegurar condições para o aprendizado moral.
- (E) regular a riqueza dos cidadãos.

58. No texto “John Locke e o individualismo liberal”, Leonel Itaussu Almeida Mello apresenta um conceito fundamental para a compreensão do contratualismo lockeano. Diz ele: “Em Locke, o contrato social é um *pacto de consentimento* em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza. No estado civil os direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens estão melhor protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário”.

À luz da teoria contratualista mencionada, a noção de “pacto de consentimento” é

- (A) condicional, permitindo sua retirada em caso de abuso de poder.
- (B) abstrato, fundamentado em uma noção ideal de bem comum coletivo.
- (C) irrevogável, estabelecendo um governo que transcende os direitos individuais.
- (D) absoluto, delegando todo o poder ao soberano para garantir a paz e a ordem.
- (E) divino, sustentado pela vontade de Deus como fonte última de legitimidade.

59. Em *Filosofando*: introdução à filosofia, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins dizem: “Os filósofos do Círculo de Viena pertencem ao movimento filosófico do positivismo lógico (...), segundo o qual o saber científico deve ser expurgado de conceitos vazios e dos falsos problemas metafísicos, submetendo-se ao critério da verificabilidade”.

O critério mencionado no excerto, no contexto apresentado por Aranha e Martins, estabelece que o saber é científico

- (A) se representável estritamente no âmbito formal da lógica.
- (B) ao ser potencialmente refutado por meio de experimentos.
- (C) apenas se puder ser verificado empiricamente.
- (D) quando logicamente consistente com outras proposições do mesmo sistema.
- (E) se determinado por sua utilidade prática no contexto da ciência ou da vida cotidiana.

60. Kant discute a relação entre a razão especulativa e as ilusões transcendentais na seguinte passagem da *Crítica da razão pura*: “Um procedimento desta espécie, que consiste em submeter ao exame os fatos da razão, e, segundo o caso, à sua repreensão, pode-se designar por *censura* da razão. E incontestável que esta censura conduz inevitavelmente à *dúvida* com respeito a todo o uso transcendental dos princípios. (...) O primeiro passo nas coisas da razão pura (...) é dogmático. O segundo passo (...) é *cético* e testemunha a prudência do juízo avisado pela experiência. Mas é ainda necessário um terceiro passo, (...) o qual tem por fundamento máximas sólidas e de provada universalidade; consiste em submeter a exame não os fatos da razão, mas a própria razão no que respeita a todo o poder e capacidade de conhecimento puro *a priori*; já não se trata aqui da censura, mas da *crítica* da razão”.

A passagem da “censura” para a “crítica”, mencionada no excerto, implica

- (A) evitar as ilusões transcendentais, delimitando o uso legítimo da razão.
- (B) substituir a investigação dos princípios da razão pela rejeição total da metafísica.
- (C) assegurar que os princípios da razão pura sejam aplicados sem restrições.
- (D) estabelecer verdades metafísicas absolutas por meio do uso transcendental da razão.
- (E) rejeitar completamente o uso especulativo da razão pura.

